



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA**

GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA

**UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A DIVERSIDADE
SEXUAL NO CONTEXTO DE ADOLESCENTES ACOLHIDOS**

Seropédica
Julho 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA**

GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA

**UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A DIVERSIDADE
SEXUAL NO CONTEXTO DE ADOLESCENTES ACOLHIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso como
parte dos requisitos necessários à
graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Seropédica
Julho 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à graduação em Psicologia.

APROVADA EM ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto
(Orientadora)

Johnny Clayton Fonseca da Silva
(Mestrando em Psicologia na UFRJ)

Diana Soledade do L. Camera
(Mestranda em Psicologia na UFRJ)

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente que sofrem ou sofreram qualquer tipo de violência e ou discriminação devido à sua raça, classe, identidade de gênero e orientação sexual. Sigamos na luta pela conquista dos direitos humanos!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a mim, a toda minha dedicação e responsabilidade, sem a minha vontade de ocupar grandes espaços nada disso teria sido possível. Agradeço também ao meu pai, Marcos Vinicius que ao longo da graduação me confortou ao dizer que as coisas dariam certo, mas que também me ensinou ao longo desses 5 anos a valorizar o real sentido de estar aqui. Gostaria de agradecer à minha mãe, Andreia e ao meu irmão, Gabriel pelo carinho e também por acreditarem em mim. Agradeço imensamente às minhas avós, Ângela e Alda que são uma das minhas maiores fontes de afeto. Agradeço também aos meus tios, Guilherme, Patrícia, Angela e Adriano, que são inspiração de força, determinação, garra e aprendizagem.

Ao longo da vida tive a oportunidade de conquistar grandes amigos, entre o Rio e Minas, muitos destes ficaram para a vida. Agradeço ao grupo das Friends, à Nati, à Gabi, ao Grupo In-Cena e especialmente aos meus diretores André e Cida. Agradeço também à Jerciara, Dalila, Manu e Mônica. Todos vocês foram suportes para dias e momentos que as coisas pelo Rio estavam cansativas e pesadas.

No Rio de Janeiro não posso de deixar de agradecer à Aline, Lorena, Samuel e principalmente à minha irmãzona Júlia, vocês são meus companheiros de vida! Aos meus amigos de trabalho, Rapha e Marcos, vocês fazem parte do meu crescimento pessoal e profissional. Durante a graduação encontrei uma turma que me acolheu, Carolina, Rafa, Luana, Jéssica e Vinícius, vocês são amigos que me ensinam diariamente a ser uma pessoa melhor. Agradeço também ao companheirismo e grandes histórias vividas diariamente no Complexo da Têê e à Bancada do Deboche. Agradeço à Joyce que com todo seu bom humor e cuidado permitiu que essa reta final fosse mais leve e prazerosa.

Agradeço imensamente ao grupo do estágio, Levica – lugar onde me encontrei e me senti acolhida. Gostaria de agradecer especialmente à Ana Cláudia que em meio a tantas demandas consegue singularizar o cuidado com cada um que atravessa sua vida. Agradeço também às companheiras do 544, Gabi e Ilanna. Por fim, agradeço aos meus professores e aos funcionários do IE e P1, à ONG Vida Plena, ao Mauro, ao CAC. Obrigada à minha banca, Johnny Clayton e Diana Soledade, por terem aceitado o convite. Também agradeço mais uma vez, agora como coorientadora, Luana Galoni, você fez parte disso e me ensina muito! Todos ao longo da graduação foram fontes de motivação, admiração e sabedoria, por isso provocaram atravessamentos e impulsos. Agradeço às possibilidades, oportunidades e dificuldades colocadas pela vida e busco sempre me conectar com aquilo que acredito ser verdadeiro e essencial para a minha construção enquanto pessoa. Gratidão à toda luz que me ilumina no universo.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	12
3. OBJETIVOS	16
3.1 Objetivo Geral	16
3.2 Objetivos Específicos	16
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
4.1. A história da violência contra crianças e adolescentes no Brasil	17
4.1.1 Políticas públicas e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil	20
4.2 O tabu da diversidade sexual e o impacto na formação da identidade de adolescentes acolhidos	23
4.2.1 Referências históricas e culturais sobre a sexualidade e o sexo	23
4.2.2 A Diversidade sexual e formação da identidade de adolescentes acolhidos	26
5. METODOLOGIA	30
5.1 Tipo de Pesquisa	30
5.2 Critérios de inclusão e exclusão	30
5.4 Procedimentos e etapas na pesquisa de revisão	30
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
6.1 Análise da Revisão Integrativa	33
6.1.2 Gênero, sexualidade e adolescentes em situação de vulnerabilidade e desfiliação social.	35
6.1.3 Os desafios envoltos nas expressões de sexualidades	37
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

RESUMO

OLIVEIRA, Ribas, Grazielly. Uma revisão integrativa sobre a diversidade sexual no contexto de adolescentes acolhidos. Resumo do Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientação Profª Drª Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. 32 páginas.

O presente projeto refere-se a uma Revisão Integrativa da Literatura sobre a diversidade sexual no contexto de adolescentes acolhidos, visando discutir a maneira como a equipe técnica e os profissionais de casas acolhimento lidam com questões referentes ao gênero, sexo, sexualidade. A revisão foi realizada por meio de pesquisas nas bases de dados *Google acadêmico*, *SciELO* e *PsycInfo*, com os descritores violência, adolescentes, gênero, sexualidade, diversidade sexual. Os resultados da pesquisa provaram a falta de publicações de pesquisas no tema proposto. Apenas os descritores gênero, sexualidade e abrigo foram capazes de capturar alguns artigos, majoritariamente, em língua estrangeira. Conclui-se, portanto que as pesquisas relacionadas às expressões de sexualidade e de gênero no contexto de adolescentes acolhidos precisa de inúmeros investimentos por parte do Estado e da sociedade civil, para que seja possível afirmar os direitos e autonomias desses sujeitos. O tema proposto possui grande relevância devido ao silenciamento e invisibilidade que adolescentes LGBT's sofrem nos ambientes que estão inseridos. Importante ressaltar que esses fatos podem causar níveis de sofrimento psíquicos, físicos, alimentares, comportamentais, em consequência, podem influenciar na autoestima, desenvolvimento de capacidades e na formação da identidade dos jovens. Os adolescentes acolhidos são indivíduos de direitos que regularmente são violados, por isso é imprescindível que seja feito um trabalho que busque a formação e o fortalecimento, tanto dos adolescentes que sofrem com violências relacionadas à diversidade sexual, quanto com os profissionais que estão inseridos na rede de apoio.

Palavras-chave: Adolescentes; Diversidade sexual; Casa de acolhimento; Violência.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ribas, Grazielly. Anintegrative review on sexual diversity in the context of received adolescents. Summary of the Conclusion of the Psychology Course, Institute of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Orientation Prof^a Dr^a Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. 32 pages.

The present project refers to an Integrative Review of Literature on sexual diversity in the context of adolescents in order to discuss how the technical staff and the host family professionals deal with issues related to gender, sex and sexuality. The review was carried out through searches in the databases Google academic, SciELO and PsycInfo, with the descriptors violence, adolescents, gender, sexuality, sexual diversity. The results of the research proved the lack of research publications on the proposed theme. Only the descriptors genre, sexuality and shelter were able to capture some articles, mostly in a foreign language. It is concluded, therefore, that research related to expressions of sexuality and gender in the context of adolescent adolescents needs numerous investments by the State and civil society, so that it is possible to affirm the rights and autonomy of these subjects. The proposed theme has great relevance due to the silencing and invisibility that LGBT adolescents suffer in the environments that are inserted. It is important to emphasize that these facts can cause psychic, physical, alimentary and behavioral levels of suffering, as a consequence, they can influence the self-esteem, development of capacities and the formation of the identity of the young people. Host adolescents are individuals with rights that are regularly violated, so it is imperative that work be done that seeks to train and strengthen both adolescents suffering from violence related to sexual diversity and professionals who are part of the network of support.

Key words: adolescentes, sexual diversity, foster homem, violence.

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema ‘‘Uma Revisão Integrativa da Literatura sobre diversidade sexual no contexto de adolescentes acolhidos’’ possui relação direta da minha implicação com a temática, pois ao longo da minha graduação, tracei caminhos que me levaram a discutir a importância de questões atreladas ao racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, homofobia e outros assuntos que ferem os direitos humanos de crianças e adolescentes. Acredito que esses motes formam a estrutura da nossa sociedade ocidental normativa, mantendo a lógica desigual entre a população.

Minha escolha de estágio foi vinculada ao Laboratório de Estudos Contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), no qual se discute formas de ensino, pesquisa, prevenção e intervenção acerca dos diversos tipos de violência infantojuvenil¹. O LEVICA atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e, em parceria, com a ONG - Associação Vida Plena de Mesquita, atendendo cerca de 60 crianças do sexo feminino e masculino residentes nos municípios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro ao longo de sua história. Além dessas duas instituições supracitadas, o programa traça diálogos com a Vara da Infância, Juventude e Idoso de Nova Iguaçu, Conselho Tutelar de Mesquita, Ministério Público, Casas de Acolhimento parceiras e outras instituições que configuram o trabalho desenvolvido como multisetorial e multiprofissional.

Na área da criança e do adolescente entende-se rede como "conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa". (HOFFMANN et al, 2000, p.6).

1A violência infantojuvenil é toda ação ou omissão praticados por pessoas ou instituições que possam provocar danos físicos, sexuais ou psicológicos à crianças e adolescentes. Trata - se do uso de determinado tipo de poder sobre eles e transgressão a qualquer tipo de direito que esses indivíduos têm enquanto seres humanos. Tendo expressões diferentes, como a violência psicológica: agressões que humilham, envergonhem e afetem o bem estar da criança ou do adolescente; física: agressões físicas com risco de lesões corporais graves e morte, em geral cometidas por responsáveis; negligência: Omissão em relação às necessidades físicas e emocionais do infante; sexual: Qualquer tipo de contato ou comportamento sexual entre um individuo mais velho e uma criança. (MINAYO, 2001).

A experiência possibilitada através do estágio contribuiu para suscitar a problemática do tema através das supervisões dos casos de adolescentes atendidos pelas estagiárias do programa. O desenvolvimento das ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção dos adolescentes e famílias vítimas da vulnerabilidade social, postula que seja feito um trabalho em rede descentralizado e participativo como citado acima. No entanto, a prática expõe dificuldades em exercer a intersetorialidade, os obstáculos na vinculação com as famílias ou a rede de apoio social² das vítimas, e também os impasses com o corpo técnico (educadores, psicólogos, assistentes sociais), que em sua maioria, estão em quantidades insuficientes para a demanda das Casas e/ou pouco qualificados para lidar com a complexidade e imensidão que envolve a violência e a adolescência.

Desenvolver o debate acerca da diversidade sexual dentro de casa, no trabalho, na sala de aula e em qualquer ocupação, é estar alinhado com os princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira de 1988 que no “Art. 3º § IV visa promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos no “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos³ (1948):

Art. 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

²Segundo Brito e Koller (1999), rede de apoio social é um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”.

³O Código de Ética dos profissionais da Psicologia respalda o seu primeiro princípio fundamental na Declaração da ONU, afirmando que “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005, p. 9).

Diante disso, asseguro-me a dizer que escrever esse projeto para o trabalho de conclusão de curso buscou compreender como as pesquisas entendemos que seja gênero, sexualidade, diversidade sexual e educação sexual, visa também garantir que a minha formação seja um ato político impulsionando a equidade entre os indivíduos.

Neste escopo, o objetivou-se com este trabalho levantar e analisar os artigos voltados para a temática sobre gênero e sexualidade no ambiente institucional e investigar as discussões sobre o tema com os adolescentes acolhidos, bem como os impactos causados por essas questões na construção da identidade e na vida social dos mesmos. Para fazer este caminho de estrutura, optou-se pela Revisão Integrativa da Literatura. O método de Revisão Integrativa da Literatura consiste na construção de uma análise ampla das publicações e contribuições para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas. (MENDES;SILVEIRA;GALVÃO, 2008, p. 760) Além disso, é um método que auxilia reflexões sobre a realização de futuros estudos e instrumentaliza a prática baseada em evidências.

Ao longo do trabalho, será feito um breve apanhado histórico a fim de buscar melhor compreensão a respeito do que tem nos afetado hoje no campo da sexualidade no contexto de jovens acolhidos. Para tal, foram estudados conceitos relevantes sobre o fenômeno da violência, as diferentes formas de ser reproduzida, buscando correlacionar com os tipos de violência vivenciados por crianças e adolescentes acolhidos. Para mais, foram exibidas as contribuições teóricas atuais referentes a gênero, sexo, sexualidade, diversidade sexual, orientação sexual e educação sexual.

2. JUSTIFICATIVA

O relatório “ O estado dos direitos humanos no mundo “ da Anistia Internacional (2017/18), informou através do monitoramento internacional da ONU que:

A situação dos direitos humanos no Brasil foi examinada pela terceira vez de acordo com o processo de Revisão Periódica Universal da ONU. O Brasil recebeu 246 recomendações, entre outras: com relação aos direitos dos povos indígenas à terra; aos homicídios cometidos por policiais; à tortura e às condições degradantes nas prisões; e à proteção aos defensores de direitos humanos. O Brasil aceitou todas as recomendações, com exceção de quatro. Porém, com a adoção de leis e políticas retrógradas durante o ano, a aplicação dessas recomendações causava preocupação. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017/18, p.89).

O documento organiza um panorama geral relacionado às mudanças legais, constitucionais e institucionais, condições prisionais, liberdade de manifestação, entre outros assuntos. No que se refere aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos o relatório comunica que:

Em setembro, um juiz da Vara Federal do Distrito Federal autorizou que psicólogos aplicassem práticas antiéticas e prejudiciais, conhecidas como “terapias de conversão”, para tentar modificar a orientação sexual das pessoas. A decisão ignorou uma resolução do Conselho Federal de Psicologia confirmando que psicólogos não podem exercer qualquer atividade de “patologização da homossexualidade”. A decisão do juiz contribuiu para aumentar o estigma e a violência sofridos pela população LGBTI. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017/18, p.92).

Segundo o Relatório “Pessoas LGBT mortas no Brasil - 2017” do Grupo Gay da Bahia (GGB) houve “um aumento de 30% em relação a 2016, quando se registraram 343 mortes”. O relatório aponta que em 38 anos de coleta e publicações do GGB, nunca tiveram tantas mortes de pessoas LGBT+. Os registros apontam para 445 (387 assassinatos e 58 suicídios) vítimas de homotransfobia em 2017 no Brasil, sendo 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12 heterossexuais (2,7%)⁴.O documento também aponta para a subnotificação no números

⁴Na categoria gay foram incluídos homossexuais masculinos, andróginos, dragqueens, transformistas e crossdressers, posto que embora esses últimos adotassem esporadicamente performance do gênero feminino, manifestavam identidade e eram socialmente reconhecidos como homossexuais. A categoria trans inclui travestis, mulheres transexuais e homens trans. 12 das vítimas foram identificadas como heterossexuais, justificando-se sua inclusão neste relatório pelo fato de terem sido mortos devido a seu

de mortes e uma baixa relatoria por parte das estatísticas governamentais. Os dados utilizados para estudos e informação da população são publicados com bases em notícias publicadas na internet e informações pessoais.

A pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil (2016) relata em seus principais resultados que o ambiente escolar pode ser extremamente agressivo para os adolescentes LGBT+. Os dados relatam que 73% foram agredidos verbalmente devido à sua orientação sexual e 68% pela sua identidade/expressão de gênero, 27% dos estudantes LGBT foram agredidos fisicamente por causa da orientação sexual e 25% foram pela identidade/expressão de gênero.

O público adolescente compõe 5,7% dessas mortes notificadas pelo relatório do GGB. Portanto, considera-se importante chamar para discussão pesquisas que olhem para a instituição escolar e familiar. Conforme a ‘ ‘ Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - *Um Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)*’ ’ traz as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. O relatório resume dados estatísticos colhidos durante a pesquisa relacionados à senso de segurança, violência, respostas da escola e da família, faltas, entre outros aspectos. Os dados apresentados referentes às agressões e violências são que:

A literatura científica indica que a homofobia é um dos determinantes para a saúde dos adolescentes. Um estudo com 300 adolescentes não heterossexuais, desenvolvido no Canadá com o objetivo de conhecer diferentes formas de *bullying* homofóbico⁵ e modelar relações entre o fenômeno e seu processo de internalização e questões de autoestima, verificou que a homofobia causa efeitos negativos sobre o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos adolescentes. Evidencia-se ainda, a associação entre a orientação sexual e ideações e tentativas de suicídio na adolescência, pois os homossexuais têm mais chances de pensarem e tentarem suicídio, comparativamente em relação aos heterossexuais. (NERY, 2015, p.665).

envolvimento com o universo LGBT, seja por tentarem defender algum gay ou lésbica quando ameaçados de morte, seja por estarem em espaços predominantemente gays ou serem “T-lovers”, amantes de travestis. Do mesmo modo que um branco morto por defender quilombolas deve ser incluído sem sombra de dúvida entre as vítimas do racismo.

Em 2011 o Governo Federal vigorou a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, no qual está previsto ações detalhadas do Plano Nacional LGBT. Tal texto evidencia especificidades do público LGBT, contrapondo a universalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e confirmando o salto qualitativo em relação ao Ministério do Desenvolvimento Social ser um dos poucos a publicar sobre a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. (MELLO; IRINEU; FROEMMING; RIBEIRO, 2013).

Na Ação 2.2.6, que se refere ao estabelecimento, para jovens e crianças, de programas de apoio ao enfrentamento “à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2011, p.79), o MDS informa que, das 1.590 unidades do CREAS do país, 673 atenderam crianças e adolescentes em situação de discriminação por orientação sexual. (MELLO et al, 2013, p. 143).

A homofobia é um dos fenômenos da violência que atinge diretamente a comunidade LGBT, configurando-se como uma ferramenta de controle reforçadora da heteronormatividade⁶ e manifestada nas relações sociais através de agressões físicas, verbais, psicológicas e sexuais. Para FERREIRA (2018) o público adolescente é alvo de preconceitos e discriminações quanto a sua sexualidade e identidade de gênero, pois são punidos pela sociedade quando buscam exercer. Os dados coletados pela pesquisa referida acima, expuseram que esse público é objeto de inúmeros tipos de violências física, verbal, psicológica e sexual – sendo mais aparente a psicológica e verbal - que se manifestam principalmente nos contextos escolares, familiares e na comunidade que estão inseridos. (NATARELLI; BRAGA; OLIVEIRA; SILVA, 2015; UNESCO, 2013).

Os adolescentes acolhidos sofrem com a falta de acessibilidade e reconhecimento dos seus direitos, pois estão sobre tutela de um Estado que não proporciona o comprimento integral dos mesmos. Diante disso, a homofobia sofrida pela população LGBT+, de modo geral, é resultante da carência de políticas públicas e da desinformação a da diversidade sexual e de gênero. As articulações da rede

⁶ Meyer e Petry explicam: a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

socioassistencial desta população fica sempre a cargo de movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições do terceiro setor.

Os estudos e pesquisas mencionados marcam o sistema sociopolítico do Brasil, as atuais mudanças discriminatórias, opressivas e cruéis que ocorreram ao longo dos últimos anos. Transparecem também, a preocupação dos que trabalham com a proteção e execução dos direitos e deveres de crianças e adolescente, bem como dos profissionais ativistas que estudam e lutam pelos direitos humanos.

Por meio da Revisão Integrativa da Literatura notou-se a escassez de publicações na área da sexualidade quando referida às orientações, expressões e identificações da sexualidade e do gênero. Tal fato afirma a hipótese norteadora desse trabalho, acerca da ausência de discussões sobre a educação sexual com adolescentes acolhidos. O trabalho visou investigar as discussões sobre o tema da sexualidade com jovens acolhidos, os impactos causados por essas questões nas suas histórias de vida, construção do eu e repercussões na vida social.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar a partir de uma Revisão Integrativa da Literatura estudos sobre a diversidade sexual de adolescentes em situação de acolhimento institucional.

3.2 Objetivos Específicos

- Entender como a equipe técnica das casas de acolhimento atua frente aos assuntos e demandas de adolescentes LGBT's.
- Levantar categorias de análise nos artigos selecionados

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. A história da violência contra crianças e adolescentes no Brasil

Na Idade Média, no período anterior ao da alfabetização das crianças, essas e os adultos partilhavam os mesmos ambientes domésticos, de trabalho ou lazer. A sociedade medieval não dispunha de divisões territoriais, tão pouco de atividades definidas por idade dos indivíduos, também não existia o sentimento de infância ou sequer representações elaboradas das fases da vida. (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008; ÁRIÉS, 1973).

À vista disso, antes do século XVI, a existência era igual para todas as idades, não havia demarcações dos estágios do desenvolvimento cognitivo, subjetivo e comportamental. As crianças tinham um déficit de poder sobre seus corpos em relação aos adultos, após o período de dependência física da mãe, esses indivíduos se misturavam ao mundo adulto, conseqüentemente ficavam mais expostos a doenças, violências e não exerciam função social antes de trabalharem, sendo alta a taxa de mortalidade infantil. Se sobrevivessem eram inseridas no mundo do trabalho e eram escravizadas, já as crianças nobres que tinham seus educadores, eram vistas como pequenos adultos e educados pensando um futuro de transição para a vida adulta. (NASCIMENTO et tal, 2008; ANDRADE, 2010).

No século XVIII, lentas mudanças começaram a ser operadas no interior das famílias, dando espaço para o surgimento do “sentimento de família”, fortemente marcado pela necessidade e desejo de privacidade. (NASCIMENTO et tal, 2008; ANDRADE, 2010) A idade moderna instaura um conceito de família burguesa reduzindo as vivências de forma comunitárias tradicionais e o novo padrão de família inaugura a divisão e diferenciação de papéis sexuais – o homem é visto como provedor e parte do mundo público e a mulher como responsável pela casa e educação dos filhos, sendo parte do mundo privado.

Desta forma, a criança assume um lugar central na família, pois passa a ser responsabilidade dos pais e também herdeira das riquezas, misérias e valores sociais. Os impactos do capitalismo nesse período consolida a separação entre as esferas públicas e privadas – ao Estado atribui-se a administração da esfera pública e das relações de produção e à família ao cuidado da esfera privada, pelo espaço doméstico e as relações de sobrevivência, a divisão dos papéis de gêneros e também o nascimento da criança

como um ser social, mas frágil, dependente, ignorante e vazio (ANDRADE, 2010; MOREIRA 2003).

Consequentemente, a construção do sujeito da criança e do sujeito adolescente se dá partir da construção histórica a cerca da infância que afetam as produções da nossa sociedade moderna. Durante o Brasil Colônia o conceito de proteção infanto-juvenil, não era uma proposta, o que se tinham eram Catequeses, pois se visa atender aos interesses da Coroa Portuguesa para a execução das ordens estabelecidas em prol da moral e dos bons costumes de habitantes. A criança nesse período é entendida como pertencente à Igreja para o uso exclusivo e de poder. Até o final do século XIX e no início do século XX a medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia colaboram para novos pressupostos a cerca da criança, possibilitando discussões científicas (OLIVEIRA, 2013).

Mauricio de Jesus pondera que a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 não faz qualquer menção referente a proteção ou garantia as crianças e aos adolescentes, sem sequer menciona-las, porque seu principal objetivo era a centralização administrativa, apesar de haver ensejo aos direitos sociais. Entretanto, “a doutrina penal do menor surgiu primeiro no Código Criminal de 1830, mantendo-se no Código Penal de 1890, ambos na vigência da Constituição Federal de 1824”. Desta forma, não havia, portanto, qualquer proteção ou menção constitucional no que diz respeito a evolução jurídica do direito infanto-juvenil. (OLIVEIRA, 2017, p. 345)

As leis que asseguram os direitos de crianças e adolescentes no Brasil e em outros lugares do mundo sofreram muitas modificações político-históricas. É somente a partir do século XIX que encontramos material sobre a história da infância - que desde esse século era entendida como um problema social, mas não suficientemente de interesse científico. Apenas na década de 60 algumas publicações de historiadores da educação começaram a falar sobre a infância.

De acordo com Veronese (1997) o Código de Menores de 1927, consegue alterar e substituir concepções retrógradas e discriminadoras que transmitiam ideias de culpabilidade e responsabilidade de crianças e adolescentes. Sendo também nesse código instituído o termo *menor* que “(...) foi utilizado para designar aqueles que se encontravam em situações de carência material ou moral, além das infratoras”. (VERONESE, 1997) Nesse escopo, o cuidado sobre os *menores*, ainda era de responsabilidade do Estado e esse empregava corretivos para intervir em atos de criminalidade, tirando os direitos. A punição pelas infrações cometidas passam a ser

vistas como sanção-educação e não sanção-castigo, isso ocorria através da assistência e da redução do comportamento dos menores desvalidos. (OLIVEIRA, 2013).

Com a constituição de 1937 e o Estado Novo empenham-se no endosso aos direitos infante-juvenis:

Mauricio Jesus, ao comentar sobre o artigo 127 da Constituição de 1937: “A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado que tomara todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral e intelectual ou físico da infância da juventude importara falta grave dos responsáveis por sua guarda educação, e cria ao Estado o dever de prove-las do conforto e dos cuidados indispensáveis a preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.” (OLIVEIRA, 2017, p. 347)

Em 1940, o advento do Código Penal altera o Código de Menores de 1927, instaurando a responsabilidade penal aos 18 anos devido à situação de imaturidade do menor para lidar com moralidade e em 1941 cria-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), encarregado de resguardar direitos sociais aos menores através de uma política de atendimento de caráter corretivo-repressivo-assistência. Diante dessa metodologia, na década de 60 o SAM é extinto pela mesma lei que cria a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. (FUNABEM).

No final da década de 70 e início da de 80, nos grandes centros urbanos viviam em situação de rua muitas crianças e adolescentes, esse quadro mobilizou iniciativas da população civil em prol de mudanças por melhores condições. Ressalta-se que esse cenário é consequência da medida econômica imposta ao país no período ditatorial que fragmentou famílias brasileiras. (OLIVEIRA, 2013; MONTEIRO, 2004).

A abertura de novas possibilidades para o tratamento dado as crianças e aos adolescentes em nossa sociedade, para um novo olhar sobre os mesmos e para a criação de políticas públicas voltadas para eles enquanto tais, em suas especificidades e não mais como *menores*, encontra-se no que foi considerado a *década perdida* em termos de desenvolvimento econômico no Brasil. Datam da década de oitenta o *Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua*, o *Movimento em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, o *Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* (Fórum DCA) e, finalmente, a aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) como a grande conquista daqueles movimentos. (MONTEIRO, 2004, p. 2)

Traçado esse resgate do contexto histórico-cultural da trajetória acerca dos direitos de crianças e adolescentes, nota-se que as violências contra esse público ocorrem desde a formação da nossa sociedade ocidental.

Para o ECA, compreende-se crianças, as pessoas até doze anos de idade incompletos e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade. A lei de nº 13.431 normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos dessa população que pode ser vítima ou testemunha de violência através da criação de mecanismos para prevenir e coibir a violência, em diferentes âmbitos relacionais, visando resguardá-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão. (ECA, 2017).

No entanto, a realidade de meninos e meninas, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, não é atendida como prevê a legislação. Para os direitos humanos, a violação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, configura-se como violência. (FERREIRA, 2018) Sendo um fenômeno que está presente em todas as sociedades, mesmo apresentando particularidades conforme o contexto-sócio-cultural, entendida como um fato social⁷ que pode variar de acordo com a sua construção social nos níveis, coletivos e individuais. (MINAYO, 2006)

4.1.1 Políticas públicas e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil

Segundo a análise sobre as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

Todas as crianças e todos os adolescentes têm o direito de ser protegidos contra a violência que lhes é infligida por qualquer pessoa em sua vida – sejam pais, professores, amigos, parceiros ou desconhecidos. E todas as formas de violência vivenciadas por crianças e adolescentes, independentemente da natureza ou gravidade do ato, são prejudiciais. Além do sofrimento desnecessário e da dor que causa, a violência destrói pouco a pouco a autoestima de meninas e meninos e impede seu desenvolvimento. (UNICEF, 2017).

⁷É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (Émile Durkheim, 1978)

O fenômeno da violência é naturalizado em ambientes de exclusão socioeconômica, existem contradições sobre a percepção dos níveis de segurança por parte das vítimas, mesmo estando inseridas em contextos de risco. A criança por estar em desenvolvimento e conviver cotidianamente com abusos, assédios ou agressões, normatiza violências e as entende como “naturais” “normais” ou sinônimos de “cuidado”, “educação”.

Nesse ensejo, também encontramos pessoas que defendem a ideia que a violência infantojuvenil é necessária ou inevitável, o medo e a vergonha corroboram para o silêncio, dando espaço para a impunidade dos agressores e a continuidade da exposição das vítimas às violências. Desta forma, o que é violento se caracteriza como algo que pode ser escondido, impossibilitando o combate desse fenômeno por meio de dados sólidos. (AGENCIA BRASIL, 2016; UNICEF, 2017).

Para que as ações legais sejam executadas, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) se encarrega de desenvolver políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente, através da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) que tem por obrigação coordenar inúmeras ações. Dente elas, estão o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes, a articulação de políticas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e exercício da secretaria-executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Em 2009 o Comanda aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) e das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2008), sendo determinadas modificações adotadas pela legislação. (BRASIL,2018; MACHADO, 2011).

De acordo com o relatório “Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas” (MDH, 2018), a violência estrutural e violência social resultam na violência interpessoal. (LIBORIO, 2004). Isso significa que:

As relações interpessoais intra e extrafamiliar não estão dissociadas uma vez que elas têm um peso significativo no processo de vulnerabilização das crianças e adolescentes. Na medida em que os recursos materiais e subjetivos (afetivos) faltam no interior da família não há como contrapor as ameaças externas, muitas vezes levando a criança e adolescente ao abandono do lar, a ir para as ruas e ficar à mercê de exploradores sexuais, de traficantes de

drogas e de se envolver com outros delitos (roubos, furtos etc). (BRASIL, 2018, p. 14).

Supramencionada, a política de acolhimento institucional é uma “medida excepcional e provisória, pois utiliza como forma de transição, uma vez que visa à reintegração familiar”. (MACHADO,2011) Esta política instaura o desuso do termo “abrigo” que recebia crianças e adolescentes. Senso assim, o ECA prevê através da nova Lei de Adoção de nº 12.010, reformas na política de acolhimento institucional. A reintegração familiar, prevista pelo ECA é uma das primeiras medidas a serem tomadas pela equipe técnica após o acolhimento institucional, mesmo não sendo sempre exitosa.

Para tal, são necessários estudos psicossociais por parte da Vara da Infância e de todos os profissionais envolvidos no caso, visando avaliar e auxiliar as articulações necessárias para ajudar a família a solucionar as dificuldades. Em geral, as crianças que chegam às casas de acolhimento possuem família biológica, nuclear ou extensa, porém há uma gama de complexidades, envolvendo doenças mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas, envolvimento com tráfico, desemprego, etc. (OS VÁRIOS OLHARES DA ADOÇÃO, 2017) Tais questões apresentam a criminalização da pobreza pelas formas dominantes em diferentes lugares, sendo assim o pobre no Brasil está acostumado ao lugar a encontrar dificuldades de ascender. (GALVÃO; MARTINS, 2015).

[...] A violência institucional que tem se manifestado com frequência na rede pública de serviços. É o tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.). Predominantes em diferentes sociedades, essas desigualdades se formalizam e institucionaliza nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.(BRASIL, 2018, p. 19)

O despreparo da equipe nas instituições ao interagirem com crianças e adolescentes, fortalece a violência institucional e contribui para rupturas nas trajetórias dos acolhidos. Esses meninos e meninas passam por diversas acolhidas e situações de institucionalização e geralmente a maioria de suas demandas não são atendidas, tal como não são trabalhadas as suas expectativas de vida.

Tal violência é percebida através de diferentes traços, desde a falta de atenção, maus-tratos e frieza dos profissionais para com os acolhidos – comumente motivados por questões de raça, idade, orientação sexual, deficiência física, transtornos mentais e papéis de gênero. (RIZZINI; RIZZINI, 2004) Esses fatores estão diretamente relacionados à história de vida desses sujeitos e determinam muito dos seus comportamentos dentro e fora da instituição de acolhimento. (BRASIL, 2018).

Nas instituições em que crianças e adolescentes permanecem por um longo prazo – frequentemente ultrapassando o tempo limite de até dois anos previsto pelo ECA – destacam-se casas de acolhimento que amparam crianças em situação de risco pessoal ou social. (RIZZINI, 2004) Nestas casas, os cuidados são feitos por educadores ou pais sociais, as crianças devem estar matriculadas nas escolas e serem orientadas a cursarem atividades profissionalizantes, dispor de ocupações recreativas e culturais, e, caso necessário, iniciarem acompanhamento psicológico. Além disso, devem se adaptar as regras da instituição, assim como se adequariam se estivessem em sua família de origem – cabe ressaltar que é possível que as casas de acolhimento desempenhem o papel de cuidado, afeto e segurança semelhante ao da família.

No que diz respeito à prática das instituições e conseqüentemente de sua equipe necessita-se de substituições práticas que estimulem a composição de políticas públicas que apoiem famílias e a comunidade nas condições de cuidado de seus filhos. De maneira que rompa a característica assistencialista e impositiva das formas de governo e se instaure uma política eficaz para as crianças brasileiras, dentro e fora do contexto familiar. Para as que enfrentam maiores desafios, é imprescindível que o atendimento institucional seja pautado em leis que o país ratificou através dos documentos que asseguram as insuficiências de crianças e adolescentes.

4.2 O tabu da diversidade sexual e o impacto na formação da identidade de adolescentes acolhidos

4.2.1 Referências históricas e culturais sobre a sexualidade e o sexo

A história da sexualidade é indubitavelmente marcada pela trilogia ‘‘ História da sexualidade’’ do filósofo francês Michel Foucault, por efeito de suas contribuições a respeito das compreensões que determinaram os questionamentos sobre o sexo e a sexualidade.

Para Foucault (1988), até o começo do século XVII, não havia maiores restrições ao assunto, entretanto, essa época marcou o início da era da repressão, coincidente com o nascimento do modo de produção capitalista. A Revolução Industrial passaria a exigir que a energia não fosse dissipada com prazeres, salvo aqueles necessários à reprodução e, para isso, a mensagem instaurada foi a de que o prazer sexual era fonte de males físicos e causador de perturbações mentais. (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015, p. 621)

O sociólogo Aníbal Quijano (2005) vai ao encontro de Foucault (1988) quando alega que “a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado”. Associadamente, Foucault (1988) constatou a identidade sexual como um fenômeno moderno que até o século XIX era visto como natural, pois pessoas se relacionavam homoeroticamente, por meio de práticas homossexuais.

O termo “homossexual”⁸ é usado pela primeira vez em 1869 e nasce da “militância contra a criminalização do homoerotismo e se torna signo de doença”. Dando espaço para a discussão a cerca da invenção histórica sobre a homossexualidade como categoria indenitária e exercício de oposição à heterossexualidade. Portanto a criação da homossexualidade constrói também a realidade heteronormativa. (PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL, 2011) As crianças foram consideradas como assexuadas, puras, silenciadas e impedidas de ouvir e falar sobre questões sexuais. Esse cenário foi perpetuado para se manter a desinformação e ignorante, era feito através da repressão do comportamento. Sigmund Freud contribui para a discussão da sexualidade através das fases do desenvolvimento psicosssexual, dando espaço para a construção de um discurso a respeito do sexo como um elemento presente nas relações humanas que envolvem de forma holística a existência humana.

A Igreja contribui para a massificação da ideologia repressiva supracitada, com seu discurso de castidade, fidelidade e ingenuidade. O sexo no século XIX é visto como problema clínico de saúde para embasar a classificação das doenças, as transgressões e as anomalias, a higienização e normalização do comportamento. Nesse contexto, a norma ganha espaço de pleno controle sobre os corpos através do sexo e da sexualidade, assegurando o poder sobre os indivíduos. No final do século XIX e início do século XX.

Os desdobramentos desses acontecimentos históricos contribuem expressivamente para os tabus relacionados ao sexo e à sexualidade. No entanto, avançou-se e a sexualidade é discutida como parte da condição humana que está presente desde o nascimento dos indivíduos se mantendo ao longo do desenvolvimento dos mesmos. (SFAIR, 2012).

⁸A palavra homossexual foi usada pela primeira vez na Alemanha em 1869, pelo escritor austro-húngaro, Karl Maria Kertbeny. Ele irá publicá-la em manuscritos clandestinos, dirigidos ao governo alemão, visando combater o Código penal prussiano 143 que criminalizava esta prática sexual, argumentando que não se podia criminalizar uma condição “inata” e “natural” compartilhada por muitos homens de ‘bem’ na história.

A história da sexualidade brasileira é documentada desde a Colônia, quando começaram as trocas de conhecimentos, valores, práticas e crenças entre portugueses e índios (Ribeiro e Bedin, 2010). As regras portuguesas, desde o início, voltaram-se para o combate à nudez indígena e àquilo que simbolizava, ou seja, falta de vergonha e pudor (Priore, 2011). Para Ribeiro e Bedin (2010), as regras da época permitiam ao homem o sexo com sua esposa e com as índias e, mais tarde, com as negras, enquanto à mulher cabia o papel de submissa ao marido e à religião. O sexo destinar-se-ia apenas à reprodução, sendo impróprios o desejo e o prazer (Ribeiro, 1990, 2004). (SFAIR; BITTAR; LOPES 2015, p. 623)

As contribuições da Europa manipularam o entendimento e cuidado com o sexo e com a sexualidade, intervindo nas organizações de sociedade e na construção da própria educação sexual. A repressão à sexualidade tinha como aliada a instituição religiosa que visava a “mentalidade androcêntrica de subordinação, obediência e servidão da mulher em relação ao homem, incluindo a procriação de tantos filhos quanto ‘Deus’ e a ‘natureza’ determinarem”. (Buglione, 2002, p. 7).

No século XIX o discurso religioso é recolocado e o discurso médico apropria-se da sexualidade como pertencente à saúde e a uma ideia higienista, permitindo que a classificação científica normatizasse as relações sexuais. Durante o século XX tiveram poucas alterações em relação à sexualidade, mas entre as décadas de 1920 e 1940 a Sexologia é definida oficialmente como área do saber médico, sendo realizadas publicações sobre educação sexual com perspectivas extremamente higienistas e repressoras que influenciou durante muitas décadas a área da saúde e da educação.

Em 1996, a educação sexual é vista pelo viés transversal e volta a ser abordada nas disciplinas escolares, após 15 anos de congelamento sobre a temática. Tal fato ocorre após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Consequentemente, transmutações na cultura sexual e de gênero são associadas à sexualidade e no final do século XX a esfera político-social brasileira já pode ser pensando como um espaço para se discutir possíveis melhorias a respeito da sexualidade.

Notoriamente as décadas de 1990 e 2000 marcam resultados significativos, porém o discurso que sustenta a educação sexual na saúde ainda é propagandeado. Análises de documentos foram feitas e 56% das publicações sobre sexualidade são do Ministério da Saúde enquanto 12% são do Ministério da Educação. Historicamente ‘’ a

busca do controle do comportamento sexual da população é, desde o século XIX, exercida por parte da medicina, que herdou da religião a configuração do assunto”. Expressando a submissão do corpo como parte de uma cientificidade que define o “normal” e “patológico”, criando barreiras e impedindo a livre expressão da sexualidade e dos direitos sexuais dos indivíduos e da sociedade como um todo. (SFAIR, 2012).

4.2.2 A Diversidade sexual e formação da identidade de adolescentes acolhidos

Frequentemente a fase da adolescência é associada a uma fase de rebeldia passageira com rejeições, confusões emocionais, busca por identificação nos grupos e pares, todavia também:

É importante considerar que a adolescência é uma etapa intermediária do desenvolvimento humano, entre a infância e a fase adulta. Este período é marcado por diversas transformações corporais, hormonais e até mesmo comportamentais. Alguns estudiosos procuram estabelecer algumas faixas etárias para melhor expressar a trajetória do desenvolvimento do adolescente e suas características embora algumas pessoas confundam adolescência com puberdade. A puberdade é a fase inicial da adolescência, caracterizada pelas transformações físicas e biológicas no corpo dos meninos e meninas. É durante a puberdade (entre 10 e 13 anos entre as meninas e 12 e 14 entre os meninos) que ocorre o desenvolvimento dos órgãos sexuais. (BRASIL, 2018, p. 22)

Esse estágio do desenvolvimento, também é conhecido pela descoberta sexual e o reconhecimento como de um ser que pode ser sexual através das demonstrações iniciais do corpo sobre a sexualidade e afetividades corroborando as descobertas do sexo, orientação sexual, identidades e expressões de gênero. Tal processo é demarcado pela troca nas relações intra-intersubjetivas, formação de sua identidade e personalidade, contudo o meio em que o adolescente está inserido contribui para a expressão do seu entendimento sobre a diversidade sexual. (BRASIL, 2018).

A saúde sexual e reprodutiva do adolescente ocupa lugar de destaque nas políticas públicas, uma vez que a puberdade vem ocorrendo cada vez mais cedo e, conseqüentemente, a vida sexual está cada vez mais precoce com o aumento na taxa de gravidez entre meninas entre os 10 e os 14 anos de idade. As complicações provocadas pela gravidez e o parto são as principais causas de morte entre mulheres nesta faixa, no mundo (Gonçalves & Garcia, 2007; UNICEF, 2011). Cabe, portanto, envidar esforços para compreender melhor como as comunidades e a própria cultura influenciam as práticas de comportamentos sexuais de risco (Gaspar, Matos, Gonçalves, Ferreira, & Linhares, 2006). Na realidade brasileira, este aumento está associado à baixa renda e pouca escolaridade, e é um dos responsáveis pelo crescente

número de atendimentos nos serviços de pré-natal e maternidade. (Ministério da Saúde 2010; OMS, 2012; UNICEF, 2011).

A saúde do jovem brasileiro está sempre associada aos cuidados relacionados a doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, uso abusivo de álcool e drogas, etc. Eventualmente, fala-se sobre os aspectos relacionados ao sofrimento psíquico causado pela homofobia, homotransfobia, ou lesbofobia. Cabe correlacionar este silenciamento do sofrimento de adolescentes LGBT's com a herança histórica conservadora a respeito da temática e com o fator de vulnerabilidade social que acomete indivíduos ou grupos marginalizados e que possuem seus direitos violados.

Espera-se que a educação sexual na adolescência seja anterior ou concomitante às significativas transformações físicas e emocionais, a fim de reduzir as dúvidas e anseios. Entretanto, nota-se através de pesquisas que a execução da educação sexual a partir deste prisma necessita de comunicação de diferentes segmentos, para que o diálogo sobre o desenvolvimento sexual, a imagem corporal e as relações de gênero sejam propagadas assim como são as questões referentes à saúde reprodutiva e os relacionamentos interpessoais. (NOGUEIRA; BELLINI, 2006; CASTRO; CZERMAK, 2008;).

Iniciada em 2012 em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Campanha Aliança Nacional dos Adolescentes (ANA), desenvolve projetos e estratégias que visam dar apoio e proteger o direito de crianças e adolescentes. A campanha faz parte de uma estratégia pensada pelos adolescentes e jovens que compõem a Rede ECPAT Brasil e Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Ao longo dos anos muitos debates e discussões surgiram a respeito da sexualidade e no ano de 2016 considerou expressivamente sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes. Apontando para a invisibilidade e restrições ao alcance de direitos primários de adolescentes LGBT's, ocasionando o risco de violências sofridas, com o agravamento de dados sólidos e sistematizados sobre a temática.

Diante disso, a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, concomitante a execução técnico-financeira da Associação Barraca da Amizade, incumbiram-se em se aproximar e provocar instituições e organizações da sociedade civil. Assim sendo, nasce o projeto Aliança Nacional de Adolescentes pelos Direitos Sexuais e LGBTI's em coparticipação da União Europeia.

Considerando que a gestão de trabalho e a formação continuada são obrigações do manual de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). No que tange a capacitação dos integrantes do serviço, está estipulado o debate sobre práticas educativas como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade, bem como fomentar o diálogo acerca da Diversidade cultural e sexual, étnicas e religiosas.

(...) Além disso, essas crianças encontram uma instituição que não profissionaliza seus funcionários, em especial o monitor, um trabalhador que está em contato cotidianamente com as crianças, em uma proximidade uns com os outros que propicia intensa afetação entre eles. Esses monitores acabam usando como modelo de trabalho o pai e a mãe que são em sua vida particular, com padrões de moral e concepções de educação diferentes entre si. (MARQUES; CZERMAK, 2008)

De modo infeliz, substancialmente é possível afirmar que a prática e a teoria, sobretudo no setor público não se equiparam. As teorias acerca das esferas públicas discorrem conteúdos didáticos explicativos sobre o que se esperar do funcionamento, principalmente da rede pública estadual e municipal, sendo a saúde, a justiça e a educação os principais atingidos. Dentre eles, estão às casas de acolhimento que se distribuem em várias modalidades, casa de passagem, casa-lar e casa de acolhimento, todas são consideradas um braço do Estado. Definem-se como um espaço de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entretanto na prática existem casas que são situadas em locais de risco, conta a superlotação devido a uma grande demanda de pobreza e desigualdade social presente no país.

Em consequência, é perceptível a sobrecarga e o despreparo dos profissionais. As orientações teóricas relacionadas à prática exercida por parte da equipe técnica e da rede de acolhimento se diferem quando a maioria das publicações possuem indicações e orientações acadêmico-políticas. Majoritariamente, ilustram comportamentos, atitudes não profissionais, preconceituosas, discriminatórias e agressivas por parte dos integrantes.

(...) de forma geral, assistentes sociais são engolidas/os pela carga de trabalho em instituições de privação de liberdade, ao ponto de nem mesmo conhecerem os sujeitos que atendem ou que ‘leem’ através de processos judiciais; além disso, pelo peso que é trabalhar nesses tipos de estabelecimentos, a institucionalização das/dos profissionais, o pensamento comum e imediato, a ultrageneralização, a banalização e naturalização das

violações de direitos humanos e o tratamento estereotipado ou preconceituoso (acompanhando mesmo as chacotas ou as narrativas de violência de outros usuários) são lugares-comuns no cotidiano de intervenção. (FERREIRA, 2018, p. 134 e 135)

Tal questão contribui para que “ a população LGBTI fique à mercê de opressões e violências tratadas como “opinião pessoal”, tendo assim uma gama de seus direitos violados em diversas dimensões e escalas” (FERREIRA, 2018 p. 41). A Política Nacional de Assistência Social Brasileira (PNAS) não visualiza as questões singulares da população LBGTI, sendo uma das políticas mais afastadas dessa discussão. (FERREIRA, 2018, p. 46).

O “*Model Standards Project (MSP)*”, com a colaboração do “*Legal Services for Children*” e “*The National Center for Lesbian Rights*”, desenvolveram um conjunto de modelos de padrões profissionais que regem o atendimento de jovens gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais que vivem sob custódia do Estado da Califórnia/EUA, por meio de recomendações pautadas no serviço multisetorial, visando o ressignificação do pensamento cultural, deste modo os espaços de acolhida não tratariam a questão LGB+ como uma especificidade e sim como algo natural da existência e humana.

Considerando que “para uma criança rebelar-se politicamente contra o discurso dos adultos: ela é sempre um corpo a quem não se reconhece o direito de governar”, ocasionando dúvidas referentes de “a quem respeita a criança queer⁹”. Contudo, os adolescentes possuem mais autonomia para verbalizarem e vivenciarem a identificação sexual, os papéis de gênero, o sexo e a diversidade sexual como um todo. Pra tal, é preciso que os responsáveis legais permitam que estes, possam estar alinhados com suas verdades, resiliências e conscientes do seu lugar de direitos. (PRECIADO, 2002; WILBER; REYES; MARKSAMER, 2006; FERREIRA, 2018;).

⁹ A Teoria Queer considera que as pessoas apresentam múltiplas identidades e o potencial para a variabilidade do desejo sexual, critica as categorias tradicionais de orientação sexual (hetero, homo ou bissexual) e enuncia que o que existe são práticas sexuais de sujeitos sem identidades fixas (CARVALHO; RABAY; BRABO, 2010, p. 246).

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa trata-se de uma pesquisa quantitativa-exploratória-descritiva. O método utilizado foi de Revisão Integrativa da Literatura, visto que, “dentre os métodos de revisão, a revisão integrativa é o mais amplo, sendo uma vantagem, pois permite a inclusão simultânea de pesquisa experimental e quase-experimental” (Mendes et al, 2008), o que proporciona uma compreensão mais completa do tema de interesse.

O método dispõe de etapas, sendo elas “definição de objetivos específicos por parte do revisor, questionamentos a serem respondidos ou hipóteses a serem testadas possibilitam a busca e coleta de pesquisas primárias relevantes dentro dos critérios estabelecidos” (MENDES et al, 2008). A intenção inicial da revisão integrativa “é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores”. Em razão disso, é necessário estabelecer padrões de caráter metodológico que se baseiam em estudos bibliográficos, clareza na exposição dos resultados, de maneira que os aspectos sejam identificados pelos leitores.

5.2 Critérios de inclusão e exclusão

- Critérios de inclusão:
Artigos publicados somente em português;
Artigos publicados nos últimos dez anos.
- Critérios de exclusão:
Teses, dissertações e cartas;
Artigos que no resumo não tratem da temática.

5.4 Procedimentos e etapas na pesquisa de revisão

A Revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de informações e entendimento a cerca da aplicabilidade dos resultados de estudos analisados.

Inicialmente foram utilizados os seguintes descritores para a busca dos manuscritos:(1) [sexualidade], [adolescentes], [casa de acolhimento]; (2) [gênero],

[adolescentes], [casa de acolhimento]; (3) [sexualidade]; [gênero]; [adolescentes], [casa de acolhimento]; (4) [diversidade sexual], [gênero], [adolescentes]; [casa de acolhimento] e (5) [sexualidade], [gênero], [diversidade sexual], [adolescentes], [casa de acolhimento]. No entanto, não foram encontradas publicações relacionadas a temática da sexualidade no contexto de adolescentes acolhidos. Em função disso, foi necessária a combinação de mais descritores.

Optou-se por combinar (6) [sexualidade], [adolescentes], [abrigo]; (7) [gênero], [adolescentes], [abrigo]; (8) [sexualidade]; [gênero]; [adolescentes], [abrigo]; (9) [diversidade sexual], [gênero], [adolescentes]; [abrigo] e (10) [sexualidade], [gênero], [diversidade sexual], [adolescentes], [abrigo]. A busca pelo referencial teórico e literatura científica foi realizada através de plataformas digitais chamadas de “Bases de dados *on-line*” que segundo Bariani (2007), são bibliotecas virtuais nas quais podem ser encontrados resumos e artigos na íntegra; teses, dissertações e monografias e livros ou suas referências. Diante disso, optou-se por utilizar as seguintes bases de dados: *SCIELO*, *BVS* e *LILACS*.

O segundo passo foi à aplicação dos critérios de inclusão, com o propósito de afunilar os resultados para obter mais precisão na Revisão Integrativa.

O terceiro passo se deu a partir da análise crítica de dois artigos encontrados dentro dos critérios estabelecidos. Os textos foram organizados em bases de dados e posteriormente, aplicados na última fase da revisão. O quarto passo foi à inclusão e análise completa do artigo que demonstrou relação com o tema.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados um total de 151 textos nas três bases de dados, sendo 14 encontrados no LILACS, 136 no portal BVS e 1 na SCIELO. Desses, 5 artigos eram repetidos, 117 estavam em língua estrangeira e 149 foram publicados antes de 2009 e tiveram que ser excluídos.

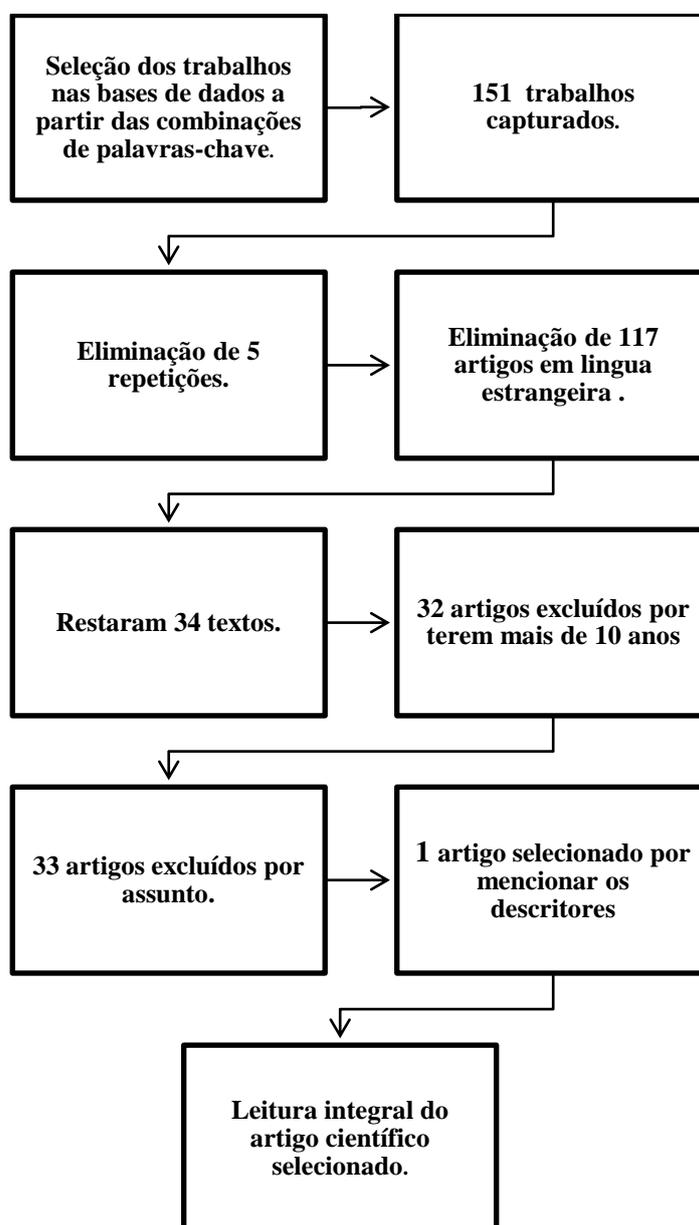


Figura 1. Fluxograma das etapas e resultado da revisão

Ao final do processo de seleção, 2 artigos tiveram seus resumos lidos na íntegra para a verificação do conteúdo e análise, após a leitura, apenas um permaneceu como referência por apresentar conteúdo ligado ao tema de pesquisa

A tabela abaixo foi dividida em colunas para os nomes dos autores, ano de publicação, título do artigo, o tipo de revista na qual foi publicado, o local do estudo, os

objetivos da pesquisa, metodologia, recursos/instrumentos utilizando-se número da amostra, como mostra a tabela abaixo:

Número do artigo	1
Autores	MEDEIROS; GONTIJO
Título do artigo	Significados da maternidade e paternidade para adolescentes em processo de vulnerabilidade e desfiliação social
Tipo de revista	Enfermagem
Local do estudo	Capital da Região Centro Oeste
Objetivos	Descrever e analisar os significados de maternidade e paternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas, que vivenciam o processo de vulnerabilidade/desfiliação
Metodologia utilizada	Pesquisa social estratégica de abordagem qualitativa
Recursos utilizados	Entrevistas semi-estruturadas Observação participante
Número da mostra	13 adolescentes

6.1 Análise da Revisão Integrativa

Durante a revisão bibliográfica identificou-se que o descritor “casa de acolhimento” não gerou resultados satisfatórios. Tal fato se deve as mudanças que o ECA prevê através da nova Lei de Adoção de nº 12.010, gerando reformas na política de acolhimento institucional e instaurando o desuso do termo “abrigo” – local no qual recebia crianças e adolescentes. Ao pesquisar com o descritor “abrigo” obtiveram-se mais resultados.

O descritor “diversidade sexual” também não apresentou resultados, tal questão pode ser justificada pelo uso recente do conceito de orientação sexual e diversidade sexual. O conceito “orientação sexual” surge na década de 1980 e tem como objetivo substituir os termos “preferências e/ou opções sexuais”. (FILHO, 2009)

O termo “diversidade sexual” é ainda mais amplo e é utilizado pelo movimento LGBT+ como forma de atender as múltiplas manifestações da sexualidade humana.

Os descritores “sexualidade, adolescentes e abrigo” obtiveram alguns resultados nas plataformas BVS, porém os artigos não estavam dentro dos critérios de inclusão. A maioria dos artigos encontrados nessa combinação de descritores está relacionada à sexualidade no âmbito da saúde (gravidez na adolescência e DST/AIDS). A hipótese do presente trabalho apoiou-se na suposição de que as casas de acolhimento, ou seja, o Estado, não tem como prioridade - dentro dos critérios de cuidado e educação - a educação sexual dos jovens acolhidos. A Revisão Integrativa possibilitou a testagem dessa teoria e corroborou para o entendimento de que esse tema ainda é muito inovador dentro da área da pesquisada educação e principalmente dentro da esfera da saúde pública brasileira.

Para mais, verificou que os descritores “gênero, adolescentes e abrigo” obtiveram a maior parte dos resultados, entretanto ao aplicar os critérios de análise, restou apenas um artigo. Cabe explicitar que o termo “gênero” é empregado nos artigos em relação às diferenças de gênero entre os sexos e masculino e não às questões de identidade de gênero.

Ao longo da revisão, permaneceram dois artigos até o momento em que a leitura e exame do resumo foram feitos. Nesse ensejo, o artigo *Violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua na ótica dos profissionais cuidadores do abrigo* não entrou para análise. Tal questão se justifica porque o objetivo são os tipos de violência que adolescentes de rua vivenciam a partir da ótica dos profissionais e não abordar as questões voltar para a sexualidade.

Contudo, no artigo é utilizado o descritor “gênero” quando as autoras relatam sobre a invisibilidade da violência de gênero. O tema é referido às violências entre homens e mulheres, apontando para as relações de poder e dominação existente entre esses universos. O tema é de alta relevância, mas em relação à temática da pesquisa acabou sendo o assunto mais frequente. O presente trabalho busca estudar as relações de gênero com amplitude e respeito às diversas expressões de gênero não-binárias¹⁰.

O artigo também menciona o descritor “sexualidade” para dizer “que a relação sexual é vivenciada como manifestação de afeto e que não foi possível relacionar

¹⁰O termo não-binário refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Isso significa que sua identidade de gênero e expressão de gênero não são limitadas ao masculino e feminino.

diretamente sexualidade e violência. ” Haja vista, a falta do desenvolvimento no assunto, observou-se que o conceito de sexualidade está relacionado apenas a questão afetivo sexual. Diante disso, considera-se que o artigo não possui aproximação com o objetivo de compreender os diálogos feitos acerca das sexualidades no contexto de jovens acolhidos.

A Revisão da Integrativa da Literatura possui uma questão ética acadêmica, pois possibilita o reconhecimento e entendimento intelectual de outros autores. Abrindo espaço para evidenciar pesquisas que já estão sendo desenvolvidas e também recebendo novas pesquisas. No caso dessa pesquisa, esse método auxiliou na confirmação da hipótese de que pouco se fala sobre a diversidade da sexualidade com adolescentes acolhidos. Demonstrando resultados poucos expressivos nessa área, por isso acredita-se que a indicação de publicações e estudos sobre a diversidade sexual é uma defesa aos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo os que estão em medida de acolhimento institucional.

6.1.2 Gênero, sexualidade e adolescentes em situação de vulnerabilidade e desfiliação social.

O artigo “ *Significados da maternidade e paternidade para adolescentes em processo de vulnerabilidade e desfiliação social*”¹¹ dos autores Medeiros e Gontijo (2010) objetiva analisar problemáticas relacionadas à sexualidade vividas por adolescentes em situação de rua, com o foco no exercício da paternidade e maternidade. Medeiros; Gontijo (2010) ao falarem de sexualidade, consideram importante desconstruir o conceito de “gênero”, sendo compreendido neste artigo, como “constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos e como forma primária de significação das relações de poder”.

Considerando que a divisão das relações entre os gêneros feminino e masculino, está correlacionada com a problemática da pesquisa sobre a vulnerabilidade e desfiliação social os autores relatam que:

¹¹zona de desfiliação é considerada pelas autoras como a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento social e a “zona de vulnerabilidade” é caracteriza-se pela precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

Associado ao contexto de vulnerabilidade e desfiliação social, as relações de gênero têm influência significativa no cotidiano dos adolescentes. De uma forma geral, foi possível constatar a valorização de concepções de gênero hegemônicas no Brasil, nas quais se observa uma relação de poder marcada pela desigualdade e submissão das mulheres ^(7,11-13), sendo que estas relações tem implicações diretas nos processos de significação acerca da gravidez. (MEDEIROS; GONTIJO 2010).

A sexualidade, sendo analisada através da nossa cultura ocidental, transmite as relações de gênero de forma sexista. Portanto, o gênero e a sexualidade dão base para os processos de maternidade e paternidade na nossa sociedade. Algumas pesquisas discorrem sobre a valorização social da maternidade, envolvendo poder social e cumprimento do papel social de reprodutora. Medeiros; Gontijo (2010) relatam que as jovens em extrema vulnerabilidade social enfrentam a maternidade como forma de “ascensão e reconhecimento social”. Segundo o Livro Gênero e diversidade na escola (2009):

Para as mulheres jovens, principalmente das classes populares, a vida conjugal e a maternidade, muitas vezes, fazem parte do projeto de constituição de uma vida familiar harmoniosa e feliz, capaz de fornecer apoio e segurança. Dessa forma, o casamento e a maternidade são centrais em seus projetos de vida, mesmo que a realidade à sua volta não confirme necessariamente esta idealização. Tal situação diferencia-se da perspectiva predominante de moças das classes médias, para as quais a maternidade tende a ser adiada em função de projetos acadêmicos e profissionais. (BRASIL, 2009, p. 159).

Através do estudo, foi percebido que os rapazes entrevistados transferem a responsabilidade da gravidez e/ou da contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DST) às meninas e que as próprias adolescentes se sentem responsáveis pela gravidez. Essas manifestações comprovam a existência expressiva do questionamento “moralidade das garotas como justificativa da não assunção da paternidade refletem o padrão cultural de controle da sexualidade feminina”. Todavia, entende-se que a ausência da paternidade também está relacionada ao cenário de vulnerabilização e desfiliação explicitados no texto. (Medeiros; Gontijo 2010).

De modo geral, o artigo trata sobre as significações a respeito do “ser mãe” e “ser pai” para jovens que experienciam realidades de desemprego, miséria, violência,

abuso de álcool e outras drogas, etc. Entendendo que a generificação¹² contribui de forma diferente para meninos e meninas. Para as meninas “ proporciona o fortalecimento do eixo da inserção relacional e impulsiona o trânsito da zona de desfiliação para a zona de vulnerabilidade”, não ocorrendo o mesmo movimento com os rapazes.

O artigo apresentou deficiência ao não fazer um recorte racial, pois o público alvo eram jovens em situação de rua. Sabemos que essa população no Brasil tem um perfil racial composto por pessoas negras e a partir deste olhar poderia ter sido observado outras questões como a solidão dos jovens negros, o próprio racismo, a criminalização da pobreza, as crises de identidade da própria adolescência. Por fim o texto aponta para direcionamentos para “ações de saúde sexual e reprodutiva”, focado nas questões do binarismo, relações de poder e do empoderamento feminino. Considerando que esse seja um caminho para proporcionar as adolescentes e jovens o direito de escolher por ter ou não uma gravidez.

6.1.3 Os desafios envoltos nas expressões de sexualidades

Fomentar discussões sobre a diversidade sexual e de gênero e sobre as relações étnico-raciais no Brasil é algo desafiador, mas de suma importância. Estudos apontam que os pesquisadores escolhem pelo menos uma das áreas para estudar, ignorando ou abordando superficialmente as correlações entre os temas. Historicamente e mais marcadamente nos séculos XIX e XX ocorreram formas de “naturalização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual” que proporcionou a marginalização e difícil acesso às conquistas de direitos básicos de negros, indígenas, mulheres e homossexuais. (BRASIL, 2009) O recorte racial e de classe são fundamentais para entendermos quem são esses jovens, quais estigmas e discriminações eles sofrem e de que forma a não informação a respeito da sexualidade se apresenta como um agravo para bom desenvolvimento humano. O imaginário social ainda discute a possibilidade da redução da maioridade penal, sendo a mesma população que aponta

¹² Generificação é um conceito utilizado para explicar o fenômeno das divisões de gênero que ocorrem entre o universo feminino e masculino nos espaços que ambos ocupam. O autor Goellner (2007) destaca que o esporte não é um campo “naturalmente” masculino, nem mesmo aquelas modalidades que exigem maior força física e vigor: como qualquer outra instância social, o esporte é um espaço de generificação, não porque reflete as desigualdades e diferenciações da sociedade em geral, mas, fundamentalmente, porque as produz e reproduz.

para uma “incapacidade de escolha, autodeterminação e de gerência sobre o corpo e a mente” de adolescentes brasileiros.

Em decorrência disto, observa-se uma rede muito bem articulada em prol de discursos homo-transfóbicos, misóginos, sexistas e racistas. Não são apenas as questões históricas que sustentam os argumentos, mas também “há em situações bem cotidianas uma espécie de sinergia” a respeito dessas minorias. (CARRARA, 2006) Segundo Ferreira (2018) as demarcações da heteronormatividade, dominação masculina, misoginia estão presentes nos espaços institucionais, e há uma legitimação das lesbo-homo-bi-transgeneridades, mas ainda sim ocorrem violências sexuais, justificadas por condições biológicas do homem. Ferreira (2018) aponta também para indicações no estabelecimento de intercessões com outras áreas, como por exemplo, a psicologia. Sendo necessário de estruturação e informação com a rede de apoio e técnica dessas instituições.

Além do trabalho com os próprios adolescentes que estão inseridos em processos de modificações constantes e precisam de auxílio para compreender quais são seus direitos e deveres sexuais e sociais. Tais indicações, alinhadas ao ECA e a lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) podem corroborar para a diminuição de fenômenos da violência institucional e inter-relacional entre os indivíduos.

Haja vista, a dificuldade encontrada ao buscar artigos que tratassem da questão da diversidade sexual no contexto de adolescentes acolhidos. Percebe-se a real distância que existe entre a educação sexual e a juventude brasileira. As temáticas da diversidade sexual e de gênero assumem ausências ainda mais expressivas, sobretudo quando se faz um recorte pensando em adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A adolescência já é entendida como uma fase que é propícia a crises existenciais e de identidade, as possibilidades de exercer a sexualidade de forma mais livre e menos enquadrada nas normas sociais colocam esses como alvo do controle social. Tal fato aponta para um olhar sobre o corpo jovem, para a perda de autonomia na subjetividade da sexualidade, para a dificuldade nos espaços de formação e trabalho que visa ocupar, na convivência familiar, etc.

A psicologia, enquanto ciência que atua nas constituições de subjetividade apresenta-se de forma omissa a essas discussões. Tal fato se deve as problemáticas

históricas a respeito da neutralidade do saber psicológico, a presença secundária da psicologia em instituições sociais e a ao exercício de controle social predominante no século XX. Esses fatos possuem relação direta com a escassez encontrada na Revisão Integrativa. Observa-se que a ausência da psicologia nas políticas públicas, fortalecem de tal modo as políticas assistencialistas. (GONÇALVES, 2010).

Segundo Gonçalves (2010), a democratização de políticas públicas visa a participação dos sujeitos, caminham para as transformações sociais e superação da desigualdade. A psicologia tem como o objeto o estudo da subjetividade e nesse sentido não podemos ser arbitrários as intervenções e dimensões subjetivas produzidas pela desqualificação do Estado. Os recursos da psicologia enquanto ciência política, se acionados, podem colocar a psicologia a serviço da transformação social em diferentes esferas.

No século XX a educação sexual ainda era vista nos programas pedagógicos com o discurso médico-higienista a fim de controlar a moral e saúde reprodutiva dos indivíduos. (MELO; SILVA 2011) Neste ensejo, cabe estabelecer a dificuldade encontrada por parte de educadores, pais, autoridades políticas, instituições e adultos de forma geral de compreender sistematicamente que crianças e adolescentes nascem como sujeitos produtores de sexualidades. A invisibilidade, manipulação e exclusão da educação sexual em casa, na escola, em instituições de acolhimento ou de medidas socioeducativas e em qualquer outro ambiente podem acarretar prejuízos severos para o desenvolvimento dos mesmos.

Tal questão se apresenta nas violências sexuais e de gênero entre a população *trans* e contra a população feminina, aumentando o número de vítimas e mortes. (FERREIRA, 2018) Parte destes resultados está associada à desinformação de crianças e adolescentes a respeito do seu papel dentro de relações que são estabelecidas socialmente. Os conservadores que ainda se sentem ameaçados moralmente precisam alijar suas visões e refletirem a respeito dos impactos causados pela discriminação a respeito do exercício da sexualidade. (BRASIL, 2015) Desta forma, a sociedade permanece dividida em bolhas sociais que absorvem os conteúdos específicos dentro do seu recorte social e a ordem desigual e injusta da sociedade continua sendo propagada.

Atualmente as pesquisas na área da educação sexual no contexto escolar indicam muitas falhas, sobretudo no déficit da formação dos educadores, gerando dúvidas e anseios a respeito de quais caminhos seguir para se trabalhar as temáticas que envolvem a pluralidade da sexualidade. Contudo, alguns estudos manifestam a inclinação de

programas escolares que estão se comprometendo em fomentar discussões que estejam paraalém dos aspectos biológicos. Reconhecendo a importância preventiva de debater com os alunos ‘’ questões de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, namoro, expressões da sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, sempre sob o ponto de vista científico, com linguagem também científica’’. (BRASIL, 2015).

A sexualidade humana sofre com interpretações errôneas, atribuem o sexo biológico, a identidade de gênero, orientação sexual e o comportamento sexual a intercessões que não podem ser entendidas separadamente. (BRASIL, 2015) A discussão fundamental é pelo direito de exercer a sexualidade sem a imposição de normas e padrões sociais. Respeitando portando às diferenças entre os corpos, as capacidades reprodutivas e fisiológicas, as expressões e foco dos desejos, atrações, fantasias, apegos emocionais, relações interpessoais, reprodução, comportamento sexual e identitário. Os defensores dos direitos humanos interseccionam os temas da diversidade sexual e de gênero, pois a população LGBT+ é alvo de estigmas, preconceitos, extermínio e por isso vivenciam processos de vulnerabilidade que culminam na precarização da vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou através da Revisão Integrativa da Literatura as publicações sobre a diversidade sexual e de gênero de adolescentes no ambiente institucional das casas de acolhimento, porém não foram encontradas publicações relevantes na área. Apenas um artigo foi selecionado para análise, por mencionar os descritores, mas os assuntos do artigo não atenderam aos objetivos dessa pesquisa.

No artigo analisado, os autores apontam para “o planejamento e a sistematização das ações de promoção de saúde sexual e reprodutiva”, contudo tiveram o enfoque voltado para a questão de emancipação das meninas e no movimento provedor material dos rapazes. Acredito que seria necessário pontuar com mais profundidade as outras questões que justificam e/ou amparam estes comportamentos, pois estas causam impacto no desenvolvimento da personalidade, construção do eu e entendimento sobre regras, limites e sociedade adolescente brasileiro.

Foi possível perceber que as lacunas permanecessem abertas a respeito dos direitos sobre as expressões da sexualidade desses jovens dentro e fora das instituições de acolhimento. As questões que envolvem a sexualidade estão tão engessadas e com poucos aparatos sociais para apoio que os feitos parecem não apresentar resultados numerosos, mas ainda sim há uma resistência, por parte do movimento LGBTQ+ e pelos defensores dos direitos sociais e humanos.

O ensino, o diálogo e a reflexão sobre sexualidade com adolescentes é considerado base para a prevenção de violências contra a população LGBTQ+. Podendo ser feito de forma simples e objetiva, como já é feito em campanhas referentes à saúde sexual dos jovens. Após a realização deste TCC e estágio, concluo que é preciso a formação para os profissionais através de distribuição de materiais didáticos-pedagógicos, palestras, oficinas, vídeos, e também é necessário para a melhoria destas discussões os estímulos a pesquisas acadêmicas na área. Considerando a liberdade individual de cada um e o entendimento a cerca da temática e defendendo que a educação sexual seja primordial na educação de crianças e adolescentes.

Cabe expressar as dificuldades encontradas pela limitação de material publicado na área, tanto pelo número limitado de publicações, quanto ao fato das leituras que foram feitas terem sido publicadas principalmente pelo Ministério da Educação. Os

assuntos do material encontrado não estavam relacionados diretamente com o tema proposto, contribuindo para a discussão sem revelar muitas características da população jovem LGBT+. Portanto, continua sendo fundamental um trabalho dentro das instituições acolhedoras de crianças e adolescentes para reflexões mais específicas que favoreça e ofereça um trabalho de qualidade, direcionado e eficaz para a população afetada e também para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. P. Educação infantil: Tecendo os fios da infância. São Paulo: Unesp, 2010. 77 p.

AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa mostra naturalização da violência entre crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-naturalizacao-da-violencia-na-percepcao-de-criancas>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ALIANÇA NACIONAL DE ADOLESCENTES. Blog da ANA. Disponível em: <<http://anamovimento.blogspot.com/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). O mundo social da criança: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BUGLIONE, S. (Org.). Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça. Porto Alegre: Themis Safe, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição de 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; CALVETTI, P. U.; ROCHA, K. B.; MOURA, A.; BARBOSA, L. H.; HERMEL, J. Percepção de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. *Interam J Psychol* 2010; 44:235-45.

CONGRESSO EM FOCO. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016. Disponível em: <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/iae-brasil-web-3-1.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. Psicologia e diversidade sexual. Disponível em: <<http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-12-10.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

COSTA, A. C. G. De menor a cidadão: nota para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. **Brasília-Distrito Federal: Editora do Senado, 1993.**

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. **São Paulo: Abril, 1978.**

EDITORA PUC RIO. A institucionalização de crianças no Brasil. Disponível em: <http://www.editora.vrc.pucrio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf?fbclid=iwar3h2ncm9c-_o-dam7zimux1pwmjudycbxjir2xbnok_cmoa7pnnwkbodk>. Acesso em: 07 dez. 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico. **São Paulo: Cortez Editora, 2017. 156 p.**

GALVÃO, G. M.; MARTINS, T. C. Criminalização da pobreza: o produto de uma violência estrutural. **Revista Transgressões, v. 1, n. 2, p. 42-65. 2015.**

GOELLNER, S. V. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. Movimento. **Porto Alegre, v.13, nº02, p.171-196, maio/agosto, 2007.**

GONÇALVES, M. G. M.; Psicologia, subjetividade e políticas públicas. **São Paulo: Cortez, 2010.**

HENRIQUES, R.; BRANDT, M. E. A.; JUNQUEIRA, R. D.; CHAMUSCA, A. (Orgs.). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD, n. 4, Brasília, maio de 2007.**

HOFFMANN, C. F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S.; HOFFMANN, T. Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente. Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. **Ponta Grossa: UEPG, 2000.**

HOMOFOBIA MATA. Pessoas LGBT mortas noBrasil. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf?fbclid=iwar1wgodrpkqr-dgut6uplpxomw_-mj6s1phmxphfmi-yte6nbqwi09sbxgm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

JESUS, M. N. Op. Cit., p. 50.

MACHADO, V. R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serviço Social em revista, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, jan./jun. 2011.**

MARQUES, C. C. E.; CZERMAK, R. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicologia & Sociedade, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 360-366, set./dez. 2018.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 1, n. 2, mai./dez. 2018.**

MINAYO, M. C. S. Violência e saúde.1 ed. **Rio de janeiro: FIOCRUZ, 2006. 132 p.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Institucional. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/institucional>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MEYER, D. E. E.; PETRY, A. R. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos: Porto Alegre**, v. 10, n. 1, p.193 - 198, jan./jul. 2011, p. 195.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/conada/violencia-contracriancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

MONTEIRO, E. As ONGs e a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro: da mobilização dos anos 80 à intervenção dos anos 90. In. **VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.** Disponível em <[HTTP://www.ces.uc.pt/LAB2004/programa/sessao3.html.2004](http://www.ces.uc.pt/LAB2004/programa/sessao3.html.2004)>. Acesso em: 07 dez. 2018

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE INFÂNCIA: ALGUMAS INTERLOCUÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS. **Revista Olhar do Professor, Paraná, 2011.**

NATARELLI, T. R. P. et al. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery, São Paulo**, v. 19, n. 9, 2015.

NOGUEIRA, L. A.; BELLINI, L. M. SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA, O QUE É ISSO PARA JOVENS QUE VIVEM NA RUA? **Texto contexto enferm, Florianópolis**, v. 15, n. 4, p. 610-616, 2006.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, T. C. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro. **Faculdade de Direito de Valença, 2013, p. 339-358. Acesso em: 07 dez. 2018.**

PEREIRA, M. E. et al. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. **Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. 266 p. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.**

PRECIADO, B. Quem defende a criança queer? **Revista Geni, 2002.**

PRIORE, M. D. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. **São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.**

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. 142 p.**

RECONSTRUINDO VÍNCULOS. Do abrigo ao acolhimento: importância do vínculo nos cuidados institucionais. **Disponível em: <<http://reconstruindovinculos.org.br/wp-content/uploads/2011/05/do-abrigo-ao-acolhimento-importancia-do-vinculo-nos-cuidados-institucionais.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2018.**

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE DO ADOLESCENTE BRASILEIRO. PSICOLOGIA, SAÚDE e DOENÇAS, **Distrito Federal, v. 16, n. 2, p. 217-229, 2015.**

SILVA, F. F.; MELLO, E. M. B. (Orgs.). Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação. **Uruguiana: UNIPAMPA, 2011. p. 103-114.**

SFAIR, S. C. Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis federal e estadual em São Paulo. **2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Reintegração familiar ou adoção: alternativas e desafios nas instituições de acolhimento. **Disponível em:**
<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/maio/reintegracao-familiar-ou-adocao-alternativas-e-desafios-nas-instituicoes-de-acolhimento>>.
Acesso em: 01 nov. 2018.

UNESCO. Respostas do setor de educação ao bullyinghomofóbico: Boas políticas e práticas em educação em saúde e HIV. **Brasília: UNESCO, 2013. 60 p.**

UNESP. Tipos de revisão de literatura. **Disponível em:**
<<http://www.fca.unesp.br/home/biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>>.
Acesso em: 01 nov. 2018.

UNICEF. Um rosto familiar: a violência na vida de crianças e adolescentes. **Disponível em:**
<https://www.unicef.org/brazil/pt/evac_summarybrochure_portugues_final.pdf>.
Acesso em: 01 nov. 2018.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.**

WILBER, S.; REYES, C.; MARKSAMER, J. The Model Standards Project: Creating inclusive systems for LGBT youth in out-of-home care. **ChildWelfare, 85(2), 133–194. 2006.**